



**SIMULADO
ESPECIAL**

TJ RJ

**Psicólogo
Pós-Edital**

ESTRATEGIA SAÚDE

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **TJ-RJ**, cargo de **Psicólogo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/hb9t3rJduonXsVbV7>

01 - ABCDE	15 - ABCDE	29 - ABCDE	43 - ABCDE	57 - ABCDE
02 - ABCDE	16 - ABCDE	30 - ABCDE	44 - ABCDE	58 - ABCDE
03 - ABCDE	17 - ABCDE	31 - ABCDE	45 - ABCDE	59 - ABCDE
04 - ABCDE	18 - ABCDE	32 - ABCDE	46 - ABCDE	60 - ABCDE
05 - ABCDE	19 - ABCDE	33 - ABCDE	47 - ABCDE	61 - ABCDE
06 - ABCDE	20 - ABCDE	34 - ABCDE	48 - ABCDE	62 - ABCDE
07 - ABCDE	21 - ABCDE	35 - ABCDE	49 - ABCDE	63 - ABCDE
08 - ABCDE	22 - ABCDE	36 - ABCDE	50 - ABCDE	64 - ABCDE
09 - ABCDE	23 - ABCDE	37 - ABCDE	51 - ABCDE	65 - ABCDE
10 - ABCDE	24 - ABCDE	38 - ABCDE	52 - ABCDE	66 - ABCDE
11 - ABCDE	25 - ABCDE	39 - ABCDE	53 - ABCDE	67 - ABCDE
12 - ABCDE	26 - ABCDE	40 - ABCDE	54 - ABCDE	68 - ABCDE
13 - ABCDE	27 - ABCDE	41 - ABCDE	55 - ABCDE	69 - ABCDE
14 - ABCDE	28 - ABCDE	42 - ABCDE	56 - ABCDE	70 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/GCsi>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

1. “A competição desperta o que há de melhor nos produtos.

E o que há de pior nas pessoas.”

Assinale a alternativa **correta** acerca dos aspectos semânticos, sintáticos e discursivos do trecho.

- a) O segundo período constitui um fragmento sintaticamente incompleto, cuja interpretação depende de um processo de elipse do predicado do período anterior, produzindo um paralelismo contrastivo de natureza avaliativa.
- b) A coordenação entre os dois períodos estabelece relação conclusiva, sendo o segundo responsável por sintetizar logicamente o conteúdo expresso no primeiro.
- c) A oposição semântica entre “melhor” e “pior” é neutralizada pelo paralelismo estrutural, o que elimina qualquer efeito argumentativo de contraste no enunciado.
- d) O emprego da conjunção “E” no início do segundo período rompe a coesão textual, uma vez que a norma-padrão veda o uso desse conectivo para introduzir períodos autônomos.
- e) O segmento “o que há de pior nas pessoas” exerce função de objeto direto do verbo “desperta”, mas, por estar em período distinto, caracteriza-se como erro de regência verbal.

2. “A única pessoa com quem se deve competir é consigo mesmo.

Não se pode esperar um desafio mais justo.”

- a) A forma verbal “deve” admite flexão no plural (“devem”) sem alteração sintática ou semântica do período.
- b) A oração “com quem se deve competir” apresenta sujeito determinado simples, identificado pela expressão “a única pessoa”.
- c) O vocábulo “quem” exerce função de pronome relativo, retomando “pessoa”, e introduz oração subordinada adjetiva restritiva, na qual o verbo “competir” exige complemento regido pela preposição “com”.
- d) O pronome “consigo” está empregado de forma inadequada, pois, em construções com valor genérico e sujeito indeterminado, deveria ser substituído obrigatoriamente por “com si”.
- e) No trecho “Não se pode esperar um desafio mais justo”, o pronome “se” funciona como índice de indeterminação do sujeito.

3. Assinale a única alternativa que se encaixa no tipo textual injuntivo.

- a) A concorrência revela não apenas a eficiência das estratégias adotadas, mas também os limites éticos de quem disputa espaço.
- b) A concorrência é uma prática dolorosa, mas produz ótimos resultados.
- c) Em um cenário de concorrência acirrada, costuma prosperar quem observa atentamente o outro antes de agir.
- d) A maior vantagem competitiva que uma empresa pode possuir é uma visão do futuro.
- e) A concorrência é um estilo de vida. Se você não tem um concorrente forte, você tem que inventar um.

4. Assinale a opção em que o 'que' pertence a uma classe diferente dos outros.

- a) Afirmou **que** não aceitaria o acordo nas condições apresentadas.
- b) É provável **que** o relatório seja concluído ainda hoje.
- c) Todos sabiam **que** a decisão provocaria controvérsia.
- d) Convém **que** os candidatos leiam atentamente o edital.
- e) Não sei **que** medida deve ser adotada diante desse impasse.

5. Assinale a única alternativa que se apresente com respeito total aos critérios de clareza, concisão e elegância.

- a) Durante o processo que envolve metas, avaliações constantes e ajustes periódicos, o treinamento, diante de múltiplas exigências institucionais, foi considerado essencial pelos gestores.
- b) Em meio a orientações técnicas detalhadas, prazos apertados e expectativas elevadas, o treinamento, por razões estratégicas amplamente discutidas, acabou sendo mantido pela equipe.
- c) Com base em análises preliminares, relatórios extensos e sucessivas reuniões explicativas, o treinamento, apesar das dificuldades iniciais, precisou ser reformulado.
- d) O treinamento cuidadosamente planejado e executado ao longo do período avaliativo melhorou de forma significativa e mensurável o desempenho geral da equipe.
- e) À luz de demandas operacionais complexas, justificativas formais e planejamentos prolongados, o treinamento, segundo a coordenação, foi adiado.

6. Assinale a única alternativa que apresenta deslize no que tange à sintaxe de regência.

- a) Realizar é o princípio do conhecimento.
- b) É preferível conhecer alguma coisa sobre tudo do que tudo sobre apenas uma coisa.
- c) O que não se compreende, não se possui.
- d) O que se desconhece não se deseja.
- e) Quanto mais aumenta nosso conhecimento, mais evidente fica nossa ignorância.

7. Assinale a opção que apresenta deslize quanto ao emprego de pronome.

- a) É forte o peso da própria consciência.
- b) A consciência para ti, a fama para seu próximo.
- c) A nossa consciência é um juiz infalível, enquanto não a assassinamos.
- d) Minha consciência tem, para mim, mais valor do que a opinião de todo mundo.
- e) A consciência limpa serve-me de travesseiro macio.

8. Há duas formas de enfrentar dificuldades:

alterá-las ou alterar sua maneira de enfrentá-las.

Sobre o trecho acima, assinale a alternativa correta:

- a) O pronome 'las', nas duas ocorrências, apresenta referentes distintos.
 - b) O verbo 'Há' poderia ser substituído por 'Existe'.
 - c) O termo 'ou' apresenta valor aditivo no contexto.
 - d) O termo 'sua' faz referência a dificuldades.
 - e) O termo 'duas formas' exerce a função de complemento direto do verbo.
-

9. Assinale a opção em que houve troca indevida entre os pronomes O e LHE.

- a) Embora o relatório apresentasse falhas evidentes, o gestor **lhe fez elogios** após longas discussões técnicas.
- b) Quando o candidato finalmente concluiu o recurso administrativo, a comissão **o** analisou com cautela antes da decisão final.
- c) Assim que o regulamento foi publicado no diário oficial, o setor jurídico interpretou-**o** à luz da legislação vigente.
- d) Ainda que o projeto previsse custos elevados, a diretoria **o** manteve por reconhecer sua relevância estratégica.
- e) Depois que o parecer técnico foi encaminhado ao conselho, o presidente **lhe** divulgou aos demais membros com as devidas ressalvas.

10. Assinale a opção em que o termo destacado pertença a uma classe diferente das demais.

- a) Eles foram aprovados em mais etapas do concurso para o qual se dedicaram.
- b) Em contextos de crise, é preciso agir **mais** rapidamente para evitar prejuízos maiores.
- c) Após a reformulação do projeto, o relatório ficou **mais** claro e objetivo.
- d) Com o passar do tempo, a equipe passou a trabalhar **mais** eficientemente diante das novas exigências.
- e) O aluno estudou **mais** intensamente nas últimas semanas para melhorar o desempenho.

11. O imponente palácio de paredes claras situava-se no centro da rua, tendo à sua frente um pequeno córrego. As janelas e as portas exibiam pintura em tom azul colonial. Um caminho estreito de pedras conduzia até a entrada principal que, aberta, dava passagem a uma agradável sala de estar, equipada com dois sofás, uma mesa central e uma ampla televisão fixada na parede.

Sobre esse texto é inadequada a seguinte afirmativa:

- a) Uma das estratégias empregadas na descrição consiste em o observador iniciar o percurso descritivo pelo espaço externo e avançar gradativamente para o interior do imóvel.
- b) Outra estratégia perceptível no texto é o deslocamento do olhar descritivo do conjunto geral da construção para a enumeração de seus elementos particulares.
- c) Soma-se às estratégias anteriores o procedimento de descrever o espaço partindo de um ponto mais afastado para outro progressivamente mais próximo do observador.
- d) A descrição apresenta caráter majoritariamente objetivo, ao enumerar aspectos físicos do local, mas inclui discretas marcas de subjetividade do observador, como o adjetivo “agradável”.
- e) A descrição é essencialmente narrativa, pois organiza os elementos do espaço em sequência temporal, produzindo no leitor a sensação de movimento e ação contínua.

12. A pontuação é um elemento importante na clareza da frase. A opção abaixo em que o emprego da vírgula é devido à elipse do verbo, é:

Segue o conjunto de cinco opções, todas com emprego de vírgula, sendo apenas uma justificada pela elipse do verbo:

- a) Alguns alunos estudaram pela manhã; outros, à noite.
- b) Durante a prova, os candidatos, atentos, revisavam as questões.
- c) Ao final do curso, aprovados os mais dedicados, comemoraram.
- d) Com esforço e disciplina, o aluno alcançou excelentes resultados.
- e) Quando necessário, o regulamento será revisado pela comissão.

13. A frase abaixo que exemplifica a voz passiva, é:

- a) Os alunos estavam extremamente cansados.
- b) Ele é parecido com o pai.
- c) O candidato estudou intensamente nos dias que antecederam a prova.
- d) Os relatórios foram analisados pela equipe técnica.
- e) Houve divergências durante a discussão do projeto.

14. A coerência é uma das marcas da textualidade. Entre as frases abaixo, aquela que é logicamente coerente, é:

- a) O candidato estudou intensamente durante meses, mas foi totalmente despreparado para a prova.
- b) Se eu morresse naquele hospital, certamente eu o processaria.
- c) Embora não haja comprovação científica definitiva, muitos pesquisadores defendem que a existência de vida extraterrestre é plausível.
- d) Quando, ao longo da existência, você se vir diante de uma encruzilhada, não hesite: escolha-a.
- e) O projeto foi aprovado, contudo ainda não havia sido sequer apresentado para avaliação.

15. Assinale a única frase abaixo que não apresenta ambiguidade:

- a) Até os deuses gostam das próprias piadas;
- b) O professor avisou o aluno que estava atrasado.
- c) Vi o homem com o telescópio na praça.
- d) Maria contou à irmã que estava desarrumada.
- e) Eles se perguntaram se o casamento ia durar.

16. Assinale a alternativa em que o sujeito é ao mesmo tempo sujeito e agente.

- a) O barco virou com a força das ondas.
- b) A porta foi arrombada durante a madrugada.
- c) O leite derramou todo.
- d) A prefeitura inaugurou a ciclovia ontem.
- e) A vidraça quebrou com a força do vento.

17. Assinale a alternativa que apresente incorretamente identificada a estratégia argumentativa empregada:

- a) Ter um animal de estimação reduz significativamente os níveis de estresse, segundo

estudos da Universidade de Harvard. / *argumento de autoridade.*

- b) Se cuidar de um animal ensina empatia, então tê-lo em casa contribui para a formação de adultos mais conscientes. / *raciocínio dedutivo.*
- c) Muita gente solitária encontrou no afeto de um cão ou gato um motivo a mais para sorrir todos os dias. / *argumento com dados estatísticos*
- d) Adotar um animal é dar um lar a quem vive à mercê do abandono e do frio das ruas. / *argumento ético/moral*
- e) Assim como plantas embelezam e purificam o lar, animais preenchem a casa com vida e presença. / *argumento com analogia.*

18. A frase abaixo que mostra uma estrutura de antíteses, ou seja, mostra palavras de significados opostos,

- a) O candidato estudou com dedicação e disciplina ao longo do semestre.
- b) De repente do riso fez-se o pranto, silencioso e branco como a bruma
- c) O projeto foi analisado com cuidado e responsabilidade pela equipe.
- d) A reunião ocorreu de forma tranquila e organizada durante toda a manhã.
- e) O aluno apresentou argumentos claros e objetivos na defesa do trabalho.

19. Assinale a única alternativa em que não ocorra marcas de subjetividade.

- a) Estamos sempre preocupados com o que vai acontecer, porque estamos quase sempre errados sobre o futuro.
- b) Eu gosto dos sonhos do futuro mais do que da história do passado.
- c) A ética é a estética do futuro.
- d) Já vi o futuro, e ele é bem parecido com o presente, apenas um pouco mais longo
- e) Felizmente o futuro pertence a quem se prepara no presente.

20. Assinale a frase em que a expressão “é que” faz parte da estrutura da frase e não simplesmente uma expressão de ênfase.

- a) O fato é que todos enfrentam suas próprias batalhas.
- b) Quem mente nos negócios, no próprio bolso é que sente.
- c) Os maus hábitos é que prejudicam a saúde.
- d) Gente sem noção é que espalha boatos com prazer.
- e) Quanto é que você pagou naquele livro?

NOÇÕES DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Géssica Ehle

21. Maria é pessoa com deficiência (PcD) e recentemente foi empossada como servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ). Em seu primeiro dia de trabalho, ela se depara com as seguintes situações: o prédio não possui rota acessível até sua sala; o sistema eletrônico utilizado pelo Tribunal não é compatível com leitores de tela; colegas evitam designá-la para determinadas tarefas por acreditarem que ela “não dará conta”; e as informações institucionais não são disponibilizadas em formatos acessíveis.

À luz da Lei nº 13.146/2015, assinale a alternativa correta.

- a) As situações narradas configuram apenas barreiras arquitetônicas, pois dizem respeito exclusivamente à estrutura física do prédio público.
- b) A ausência de rota acessível caracteriza barreira urbanística, enquanto a incompatibilidade do sistema eletrônico constitui barreira arquitetônica.
- c) O comportamento dos colegas de trabalho que subestimam a capacidade funcional de Maria caracteriza barreira atitudinal, nos termos da Lei nº 13.146/2015.
- d) A falta de adaptação dos sistemas eletrônicos e de informações institucionais acessíveis não se

enquadra como barreira legalmente relevante, por se tratar de questão tecnológica.

- e) As situações descritas não configuram barreiras, pois a Administração Pública não é obrigada a promover adaptações no início do exercício do cargo, mas quando da aquisição da estabilidade pelo servidor público.

22. Ana é servidora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ) e atua no atendimento ao público. Em determinado dia, comparecem ao setor uma pessoa idosa, uma gestante, uma pessoa com deficiência e um cidadão sem qualquer condição prioritária, todos aguardando atendimento presencial. Diante do volume de demandas, surge dúvida entre os servidores quanto à aplicação correta da prioridade prevista em lei

À luz da Lei nº 10.048/2000, assinale a alternativa correta.

- a) A prioridade de atendimento prevista na Lei nº 10.048/2000 restringe-se às pessoas com deficiência, não se estendendo a outros grupos sociais.
- b) A prioridade de atendimento aplica-se apenas aos serviços privados, não alcançando órgãos do Poder Judiciário, como o TJRJ.
- c) A pessoa idosa, a gestante e a pessoa com deficiência possuem direito à prioridade de atendimento sobre os demais usuários do serviço, resguardando-se a ordem de chegada entre elas.
- d) A prioridade de atendimento depende de regulamentação interna do órgão para produzir efeitos concretos, o que viabilizará a emissão de senhas e guichês próprios.
- e) A Lei nº 10.048/2000 assegura prioridade apenas aos membros do grupo prioritário, de modo que acompanhantes ou atendentes pessoais serão atendidos imediatamente após os titulares da prioridade.

23. Julgue os itens a seguir, relativos à Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

- I. A Lei nº 10.098/2000 busca eliminar barreiras urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes e nas comunicações, com o objetivo de assegurar o acesso, a circulação e a utilização de espaços, mobiliários e serviços pelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- II. Durante a realização de eventos organizados em espaços públicos e privados, é preciso que haja a instalação de banheiros químicos em número mínimo de 10% (dez por cento) do total, dispensando-se caso a aplicação do percentual resulte em fração inferior a 1 (um).
- III. Caso determinado Município desenvolva campanha de conscientização sobre o capacitismo, desejando instalar grandes painéis pelas ruas e áreas de passeio, caso ofereçam risco de acidente à pessoa com deficiência, deverão ser indicados mediante sinalização tátil de alerta no piso.

Está correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Todas as assertivas.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

Tiago Zanolla

24. Assinale a alternativa correta quanto aos afastamentos considerados como de efetivo exercício no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro:

- a) A licença para acompanhar pessoa da família enferma nunca conta como efetivo exercício, independentemente da duração.

b) O estudo realizado no exterior, ainda que ultrapasse doze meses, é sempre computado como efetivo exercício por ser de interesse da Administração.

c) A licença para tratamento de saúde somente conta como efetivo exercício se não ultrapassar trinta dias consecutivos.

d) O afastamento para exercer cargo em comissão em outro ente federativo jamais pode ser computado como efetivo exercício, ainda que haja autorização do Governador.

e) O afastamento motivado por acidente em serviço, doença profissional, doenças de notificação compulsória, bem como licenças à gestante e licenças para tratamento de saúde, é considerado de efetivo exercício.

25. Assinale a alternativa correta sobre as regras relacionadas à organização do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, extensão de jurisdição e funcionamento das unidades jurisdicionais no âmbito do Tribunal de Justiça:

a) A extinção de unidade jurisdicional física nunca pode ocorrer enquanto houver juiz titular no cargo, independentemente da natureza da unidade substituta.

b) Unidades jurisdicionais exclusivamente digitais somente podem atuar em uma única comarca e não podem ter especialização por matéria.

c) A aglutinação ou modificação de juízos pode ser feita por resolução do Tribunal de Justiça sem aumento de despesa, e unidades digitais ou virtuais podem ter competência especializada ou abarcar toda a área territorial do Tribunal.

d) A extensão de jurisdição de juízes de primeiro grau para outras comarcas deve sempre ser precedida de ato conjunto entre Presidência e Corregedoria, vedada atuação em comarcas não contíguas.

e) Postos avançados e pontos de inclusão digital são mecanismos auxiliares, mas não equivalem juridicamente a sedes de unidades jurisdicionais.

26. Assinale a alternativa **correta** sobre a composição, funcionamento e regras do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

- a) O Órgão Especial é composto por 23 Desembargadores, sendo metade escolhida por eleição e metade por antiguidade, sem participação de membros natos.
- b) Sempre que houver vacância entre os integrantes indicados por antiguidade, a reposição deve ocorrer mediante nova eleição geral.
- c) O Desembargador que atua simultaneamente no Órgão Especial e em uma Câmara mantém a mesma carga de distribuição, pois não há previsão de redução.
- d) O Órgão Especial é formado por 25 Desembargadores, com vagas distribuídas entre antiguidade e eleição, inclui membros natos e somente se instala com, no mínimo, 13 presentes.
- e) As sessões do Órgão Especial são exclusivamente presenciais, sendo vedada a realização virtual ou híbrida.

27. Assinale a alternativa **correta** sobre a organização das carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro:

- a) As carreiras possuem três classes e cada classe contém exatamente seis padrões remuneratórios distribuídos de forma irregular.
- b) As carreiras são estruturadas em quatro classes — A, B, C e D — com dezesseis padrões distribuídos igualmente entre elas, sendo que as três primeiras têm progressão de 4% por padrão e a última possui progressão de 8%.
- c) A classe inicial é a B, ficando a classe A reservada apenas a cargos com especialidade regulamentar.
- d) A progressão remuneratória é uniforme em todas as classes, com crescimento fixo de 5% entre padrões.

- e) Cada classe possui quantidade variável de padrões, pois o número é definido por edital específico de concurso.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Antônio Daud

28. João, agente público no Estado Beta, foi condenado, em sede de ação judicial por improbidade administrativa, por ter adquirido para si, no exercício do cargo, bem imóvel de valor absolutamente desproporcional à sua renda. Na referida ação judicial, o Ministério Público não comprovou diretamente o recebimento de propina, todavia o agente público não logrou êxito em demonstrar a licitude da origem de sua evolução patrimonial.

Neste caso, pode-se concluir que foram aplicadas a João as seguintes sanções, isoladas ou cumulativamente:

- a) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- b) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa equivalente ao dano ao erário e perda da função pública, entre outras.
- c) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa equivalente a no máximo 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- d) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- e) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, multa civil de até 24 vezes a remuneração do agente, perda dos direitos políticos e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de 4 anos.

29. Pedro, agente público no Estado Alfa, foi processado por ato de improbidade consistente em enriquecimento ilícito, supostamente praticado em junho de 2021, induzido pela atuação dolosa da empresa Beta. Ao se consultar com um Procurador do Estado a respeito das características da responsabilização por improbidade administrativa, o Procurador respondeu-o corretamente que:

- a) se houver o falecimento de Pedro, seus herdeiros estão sujeitos à reparação do dano causado até o limite da vantagem ilícita recebida.
- b) Para a caracterização do elemento subjetivo dos atos de improbidade, a legislação exige apenas a voluntariedade do agente.
- c) Os sócios, diretores e colaboradores da empresa Beta, em regra, responderão pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
- d) O exercício ilegal da função pública caracteriza a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não reste comprovado ato doloso com fim ilícito.
- e) Caso seja do interesse de Pedro a celebração de acordo de não persecução civil, ele teria que reverter ao Estado Alfa a vantagem indevidamente obtida, embora não existam óbices legais à celebração do acordo durante a execução de eventual sentença condenatória.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Bet

30. À luz do Código de Ética do Servidor e do Colaborador do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, analise a situação a seguir.

Um servidor do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, utilizando seu e-mail institucional, encaminha a colegas de trabalho material contendo críticas políticas e links de notícias não verificadas. Além disso, cria um perfil particular em rede social utilizando esse mesmo e-mail.

Com base no Código de Ética, a conduta do servidor é:

- a) Permitida em ambos os casos, pois estaria amparada pela liberdade de expressão e pelo direito à manifestação do pensamento.
- b) Vedada apenas quanto ao envio de e-mails, visto que o encaminhamento de materiais por meio das vias institucionais deve ocorrer somente quando oficialmente autorizado ou para assuntos estritamente relacionados ao trabalho.
- c) Vedada em ambos os casos, pois envolve a utilização de canais institucionais para propaganda político-partidária, disseminação de notícias possivelmente falsas e criação de perfis em redes sociais com e-mail institucional.
- d) Ambas as situações são permitidas, desde que o servidor não utilize logotipos oficiais do Poder Judiciário em seus perfis ou comunicações.
- e) Vedada apenas quanto à criação do perfil em rede social, sendo lícito o envio de mensagens com propagandas políticas e notícias a colegas por e-mail institucional.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**PSICOLOGIA***Priscila Batista*

31. Durante o acompanhamento psicológico de adolescentes em medida socioeducativa de semiliberdade, o psicólogo Rafael é solicitado por uma assistente social da equipe técnica para compartilhar informações clínicas sobre um dos adolescentes atendidos, a fim de elaborar um relatório para o juiz responsável pelo caso.

Segundo o Código de Ética Profissional do Psicólogo, a conduta adequada de Rafael deve ser:

- a) Compartilhar com a equipe todo o conteúdo dos atendimentos, pois o adolescente está sob responsabilidade judicial.
- b) Fornecer exclusivamente os dados que julgar relevantes para a construção do relatório, omitindo o restante para preservar o vínculo com o adolescente.
- c) Informar apenas o necessário para subsidiar a decisão judicial, preservando o sigilo e o respeito aos direitos do adolescente atendido.
- d) Solicitar autorização expressa do adolescente para divulgar qualquer dado, mesmo que isso inviabilize o encaminhamento do relatório.
- e) Encaminhar cópia do prontuário completo do adolescente para garantir total transparência no processo judicial.

32. João é psicólogo em um centro de atendimento a pessoas com deficiência. Durante reuniões de equipe, observa que usuários com maiores dificuldades de comunicação são sistematicamente excluídos das decisões sobre suas próprias rotinas, sob a justificativa de “facilitar o trabalho da equipe”.

De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo, assinale a alternativa que indica a conduta ética que deve ser adotada por João diante dessa situação.

- a) Aceitar a decisão da equipe, considerando que a limitação dos usuários inviabiliza sua participação ativa.
- b) Questionar a prática institucional e atuar para que os usuários não sejam submetidos a tratamento discriminatório ou opressor.
- c) Manter postura neutra, evitando envolvimento para não gerar conflitos institucionais.
- d) Registrar a situação apenas em relatórios internos, sem necessidade de intervenção direta.
- e) Restringir sua atuação ao atendimento clínico individual, desconsiderando as práticas institucionais.

33. Renata atua como psicóloga perita nomeada pelo juízo em um processo de guarda. Após a conclusão da perícia psicológica e o encaminhamento do laudo aos autos, uma das partes avaliadas procura Renata diretamente e solicita acesso ao conteúdo integral do laudo pericial.

De acordo com as normas que regem a atuação do psicólogo na perícia psicológica, Renata deve

- a) negar qualquer acesso ao laudo, uma vez que documentos periciais não podem ser consultados pelas partes envolvidas.
- b) entregar diretamente à parte solicitante uma cópia integral do laudo pericial, por se tratar de informação que lhe diz respeito.
- c) fornecer esclarecimentos verbais detalhados sobre o conteúdo do laudo, mesmo sem autorização judicial, desde que preserve o sigilo de terceiros.
- d) avaliar se a parte está emocionalmente preparada e, caso esteja, permitir o acesso direto ao laudo.
- e) orientar que o acesso ao laudo pericial seja solicitado por meio do juízo, responsável pela guarda e pela disponibilização do documento às partes.

34. Desde a consolidação da Psicologia no campo jurídico e da regulamentação das práticas periciais, a concepção de contexto pericial tornou-se fundamental para a organização do trabalho do psicólogo no âmbito da Justiça.

Com relação à concepção de contexto na perícia psicológica, assinale a afirmativa correta.

- a) É compreendido como o espaço físico do Judiciário, relacionando-se à coleta de dados individuais para subsidiar decisões técnicas.
- b) Evita interferências institucionais quando se restringe exclusivamente à aplicação de instrumentos psicológicos padronizados.
- c) Orienta-se pela lógica de encaminhamento clínico, visando à intervenção terapêutica dos avaliados.
- d) Assegura neutralidade do psicólogo perito, independentemente das demandas judiciais e das relações institucionais envolvidas.
- e) Deve ser considerado aspectos subjetivos, institucionais e legais, a fim de subsidiar tecnicamente a decisão judicial.

35. Desde a institucionalização das práticas de avaliação no âmbito do Judiciário, a compreensão do contexto pericial passou a orientar a organização do trabalho do psicólogo na produção de informações técnicas.

Com relação ao conceito de contexto na perícia psicológica, assinale a afirmativa correta.

- a) É equivalente ao local onde se realizam entrevistas e procedimentos, servindo como referência para delimitar prazos e fluxos administrativos do processo.
- b) Reduz a incidência de expectativas institucionais quando o perito se orienta pela demanda formal e mantém foco nos conteúdos relatados pelas partes.
- c) Compreende o conjunto de elementos subjetivos, institucionais e processuais que atravessam a demanda judicial, orientando a escolha de

procedimentos, a leitura dos achados e a construção da conclusão técnica.

- d) Organiza-se pela lógica de encaminhamentos na rede de serviços, de modo que a principal finalidade do trabalho pericial é indicar intervenções assistenciais compatíveis com o caso.
- e) Atua como eixo de reinserção social ao priorizar estratégias de cuidado que substituem práticas de isolamento e ampliam a participação comunitária do avaliado.

36. A psicóloga Carolina atua como perita judicial em um processo que demanda a elaboração de um relatório psicológico, produzido a partir de solicitação do Juízo.

Em relação a esse documento, analise as afirmativas a seguir.

- I. No item “Descrição da demanda”, Carolina deve explicitar o contexto da solicitação judicial, indicando a origem da demanda, quem a formulou e os objetivos do trabalho pericial.
- II. No item “Análise”, o relatório deve apresentar avaliações fragmentadas por área de atuação, com a identificação nominal e técnica de cada profissional envolvido.
- III. A conclusão do relatório pericial deve ser elaborada de forma independente entre os profissionais, ainda que o trabalho tenha sido desenvolvido de maneira integrada.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

37. A psicóloga Renata foi nomeada perita judicial e, antes de iniciar entrevistas e demais procedimentos avaliativos, precisa adotar uma etapa de trabalho que permite compreender a demanda, os elementos do conflito e os limites fixados no processo.

Assinale a opção que indica como essa etapa é denominada.

- a) Instrução probatória.
- b) Anamnese forense.
- c) Diligência técnica.
- d) Análise dos autos do processo.
- e) Entrevista preliminar.

38. No processo de psicodiagnóstico, após a coleta de dados por meio de entrevistas, observações clínicas e aplicação de instrumentos psicológicos, o psicólogo realiza uma etapa fundamental, na qual integra os achados, articula as informações obtidas e constrói uma compreensão provisória do funcionamento psíquico do avaliado, que orientará as decisões técnicas subsequentes.

Essa formulação, central no psicodiagnóstico e construída a partir da análise dos dados disponíveis, é denominada

- a) hipótese diagnóstica.
- b) diagnóstico nosológico definitivo.
- c) anamnese psicológica.
- d) avaliação psicométrica.
- e) encaminhamento terapêutico.

39. Um psicólogo está conduzindo uma avaliação psicológica e opta por uma modalidade de entrevista que permita que o discurso do entrevistado se desenvolva com maior liberdade, ao mesmo tempo em que o profissional intervém pontualmente para aprofundar conteúdos relevantes ao objetivo da avaliação.

Assinale a opção que indica como essa modalidade de entrevista é denominada.

- a) Entrevista não estruturada.
- b) Entrevista dirigida.
- c) Entrevista padronizada.
- d) Entrevista semiestruturada.
- e) Entrevista devolutiva.

40. Sobre alguns dos procedimentos centrais da avaliação psicopatológica, analise as afirmativas a seguir.

- I. A avaliação psicopatológica se beneficia de procedimentos como avaliação física, neurológica e exames complementares, mas se estrutura principalmente a partir da anamnese e do exame psíquico, realizados na entrevista.
- II. Nas entrevistas iniciais, o profissional deve favorecer vínculo e confiança, apresentar-se e esclarecer objetivos, além de manejar adequadamente o setting da entrevista, evitando posturas rígidas, julgamentos, perda de foco e anotações excessivas, e delimitando condições de sigilo.
- III. O diagnóstico psicopatológico pode ser construído com dados do exame psíquico, pois a classificação tende a se manter estável.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

41. Juliana é psicóloga e foi designada para realizar uma avaliação psicológica em contexto forense, devendo produzir documento técnico ao final do processo.

Considerando os limites e finalidades da atuação psicológica nesse contexto, assinale a opção que indica um procedimento compatível com a prática profissional.

- a) Formular juízo de valor sobre a conduta moral das partes envolvidas, a partir da coerência interna dos relatos colhidos na avaliação.
- b) Produzir recomendações de natureza decisória, indicando a medida judicial mais adequada à solução do conflito.
- c) Reorientar a finalidade do trabalho para manejo clínico quando identificar sofrimento psíquico significativo no avaliado.
- d) Esclarecer, no documento, os limites do método empregado e as condições de obtenção das informações, de modo a qualificar a leitura técnica dos achados.
- e) Manter a análise restrita aos resultados instrumentais, evitando integrar informações documentais para reduzir interferências interpretativas.

42. Sobre as diferenças entre os documentos psicológicos previstos nas normativas profissionais, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O laudo psicológico resulta de um processo avaliativo estruturado e apresenta análise técnica fundamentada, articulando procedimentos, dados obtidos e conclusões relacionadas à demanda.
- () O relatório psicológico consiste em manifestação técnica sucinta, destinada a responder a uma questão específica, sem necessidade de descrição do processo de avaliação.
- () O atestado psicológico tem caráter declaratório e restrito, destinando-se a certificar uma condição psicológica específica ou um fato observado, sem conter análise aprofundada.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – F – V.
- b) V – V – V.
- c) F – V – V.
- d) V – V – F.
- e) F – F – V.

43. Um psicólogo fundamenta sua atuação clínica em uma abordagem que concebe o sujeito como efeito da linguagem, compreendendo que o inconsciente se organiza a partir dos significantes e que o desejo se constitui na relação com o Outro.

Esse método foi desenvolvido por

- a) Sigmund Freud.
- b) Donald Winnicott.
- c) Melanie Klein.
- d) Jacques Lacan.
- e) Wilfred Bion.

44. Assinale a opção que mostra como as técnicas da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) podem se configurar como estratégias terapêuticas relevantes no processo de cuidado psicológico.

- a) Fundamentando-se na interpretação simbólica de conteúdos inconscientes como eixo principal da intervenção clínica.
- b) Priorizando a neutralidade do terapeuta e a livre associação como recursos centrais do processo terapêutico.
- c) Estruturando intervenções voltadas à identificação de padrões cognitivos e comportamentais disfuncionais, com foco na modificação gradual desses padrões ao longo do tratamento.
- d) Orientando a prática clínica pela compreensão das relações objetais primitivas e dos vínculos iniciais estabelecidos na infância.
- e) Sustentando o processo terapêutico na análise dos conflitos intrapsíquicos inconscientes como principal via de mudança.

45. Mariana é advogada e, nas últimas semanas, passou a apresentar aumento de energia e produtividade, fala acelerada, maior sociabilidade e redução importante da necessidade de sono, referindo que “dorme pouco e acorda bem”. Além disso, realizou gastos acima do habitual e assumiu mais compromissos do que consegue cumprir.

Os sintomas apresentados por Mariana são sugestivos de

- a) hipomania.
- b) episódio maníaco.
- c) labilidade afetiva.
- d) transtorno de estresse pós-traumático.
- e) transtorno de personalidade bipolar.

46. Carlos, 42 anos, procura atendimento psicológico relatando intenso mal-estar diante de situações em que precisa assumir posições de autoridade. Nessas ocasiões, refere angústia, pensamentos intrusivos e tendência a evitar responsabilidades, apesar de reconhecer racionalmente sua capacidade profissional. Ao longo das sessões, observa-se que tais reações se intensificam quando expectativas externas de desempenho e reconhecimento estão em jogo.

Na perspectiva da Psicanálise, esse quadro pode ser compreendido como relacionado à

- a) falha na constituição do superego, decorrente da ausência de interdições parentais.
- b) atuação do ego ideal, que elimina conflitos entre desejo e exigência social.
- c) conflito entre as exigências do superego e os desejos do id, gerando angústia sinal.
- d) regressão libidinal à fase anal, caracterizada por oposição sistemática à autoridade.
- e) fixação narcísica primária, incompatível com a vida social adulta.

47. Sobre a bulimia nervosa, conforme a psicopatologia, analise as afirmativas a seguir.

- I. Caracteriza-se por episódios recorrentes de compulsão alimentar, acompanhados por comportamentos compensatórios inadequados, como vômitos autoinduzidos, uso de laxantes ou jejuns prolongados.
- II. Diferentemente da anorexia nervosa, a bulimia pode ocorrer com peso corporal dentro da faixa considerada normal, o que pode dificultar sua identificação clínica inicial.
- III. O diagnóstico de bulimia nervosa pressupõe a ausência de preocupação excessiva com peso e forma corporal, uma vez que o núcleo do transtorno está relacionado ao comportamento alimentar.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

48. Durante uma avaliação psicológica em contexto hospitalar, um paciente apresenta redução do nível de vigilância, dificuldade em manter atenção contínua, lentificação do pensamento e oscilação do estado mental ao longo do dia, alternando momentos de maior lucidez com períodos de confusão.

Considerando a psicopatologia das alterações da consciência, o quadro descrito é mais compatível com

- a) estado crepuscular
- b) coma
- c) dissociação
- d) obnubilação leve
- e) delirium

49. No contexto das transformações das políticas de saúde mental no Brasil, a Luta Antimanicomial constitui um movimento ético, político e social que questiona práticas tradicionais de cuidado em saúde mental.

Assinale a opção que expressa corretamente um princípio central da Luta Antimanicomial.

- a) A priorização da internação psiquiátrica como principal estratégia de proteção social dos indivíduos com transtornos mentais graves.
- b) A substituição do cuidado em liberdade por dispositivos hospitalares especializados, visando maior controle clínico dos casos complexos.
- c) A defesa da desinstitucionalização associada à construção de uma rede territorial de cuidados que promova autonomia, cidadania e inclusão social.
- d) A centralidade do diagnóstico psiquiátrico como elemento definidor das possibilidades de participação social do usuário.
- e) A reorganização dos manicômios tradicionais com foco em maior humanização das práticas asilares.

50. No campo da saúde mental brasileira, a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial são processos articulados.

Sobre essa diferenciação, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A Reforma Psiquiátrica refere-se principalmente à reorganização das políticas públicas e dos serviços de saúde mental, incluindo a criação de dispositivos substitutivos ao hospital psiquiátrico.
- () A Luta Antimanicomial constitui um movimento político e social que questiona a lógica manicomial para além do campo da saúde, denunciando práticas de exclusão e violação de direitos.
- () Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial são expressões equivalentes, pois ambas dizem respeito exclusivamente à extinção dos hospitais psiquiátricos.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – V – F.
- b) V – F – V.
- c) F – V – V.
- d) F – F – V.
- e) V – V – V.

PSICOLOGIA

Thayse Duarte

51. Mariana, psicóloga perita em uma Vara de Família, está realizando uma avaliação para subsidiar a decisão do juiz em um caso complexo de disputa de guarda. Após a conclusão de sua avaliação técnica, Mariana redige o laudo para apresentar suas conclusões. De acordo com a atuação do psicólogo perito e as Resoluções do CFP, é correto afirmar que:

- a) Mariana deve decidir em seu laudo qual dos genitores reúne as melhores condições para o exercício da guarda, pois a perícia psicológica tem como atribuição legal determinar o mérito da decisão judicial.
- b) O psicólogo perito deve se abster de realizar visita domiciliar, devendo basear seu laudo exclusivamente em entrevistas e na aplicação de testes psicológicos.
- c) O psicólogo perito tem a tarefa de apresentar indicativos técnicos pertinentes que possam diretamente subsidiar o Juiz, reconhecendo os limites legais de sua atuação profissional, sem adentrar nas decisões, que são exclusivas aos magistrados.
- d) O psicólogo perito e o assistente técnico não estão sujeitos a impedimento ou suspeição legais, uma vez que atuam para subsidiar a Justiça e não são juízes.
- e) A atuação do psicólogo como perito consiste em responder demandas gerais, entre as quais formular quesitos.

52. Patrícia, psicóloga perita em um processo de disputa de guarda, realizou a avaliação e emitiu o Laudo Psicológico. A psicóloga Mariane foi contratada para atuar como assistente técnica (AT) de uma das partes. Com relação às atribuições e ao relacionamento entre a perita Patrícia e a assistente técnica Mariane, é correto afirmar:

- a) A assistente técnica Mariane pode atuar mesmo sendo psicoterapeuta de uma das partes envolvidas no litígio, dada sua posição de confiança da parte contratante.
- b) O assistente técnico deve se restringir ao estudo psicológico resultante da perícia, sendo vedado ouvir pessoas envolvidas ou solicitar documentos em poder das partes.
- c) O assistente técnico é o profissional capacitado para questionar tecnicamente a análise e as conclusões realizadas pelo psicólogo perito.
- d) A perita Patrícia tem como atribuição decidir quem reúne melhores condições para o exercício da guarda, ao passo que a assistente técnica Mariane deverá questionar o método de Patrícia.
- e) A assistente técnica deve estar presente durante todos os procedimentos metodológicos (entrevistas, aplicação de testes) que norteiam o atendimento pericial da perita, para garantir a imparcialidade.

53. A Resolução CFP nº 017/2012 dispõe sobre a atuação do psicólogo como perito nos diversos contextos. Segundo tal resolução, é correto afirmar que:

- a) o trabalho pericial poderá contemplar o método e a técnica da constelação familiar, pois é uma realidade no judiciário brasileiro.
- b) o consentimento formal de ambos os genitores é necessário quando a pessoa atendida for criança ou adolescente.
- c) a devolutiva do processo de avaliação deve direcionar-se para os resultados dos instrumentos e técnicas utilizados.

d) o periciado deve ser informado acerca dos motivos, da fundamentação teórica, do diagnóstico e prognóstico oriundos da avaliação pericial psicológica.

e) Conforme a especificidade de cada situação, o trabalho pericial poderá contemplar observações, entrevistas, visitas domiciliares e institucionais, aplicação de testes psicológicos, utilização de recursos lúdicos e outros instrumentos, métodos e técnicas reconhecidas pelo Conselho Federal de Psicologia.

54. Renata, psicóloga, foi nomeada como assistente técnica em um processo judicial e solicitada a se manifestar, por escrito, sobre a consistência técnica e metodológica de um documento psicológico elaborado por uma perita judicial, o qual foi impugnado por uma das partes. Considerando a finalidade do documento a ser produzido e as disposições da Resolução CFP nº 06/2019, o documento adequado a ser elaborado por Renata denomina-se:

- a) Atestado, pois se destina a certificar uma condição psicológica específica relacionada ao caso analisado.
- b) Relatório, uma vez que descreve atividades desenvolvidas pela profissional no contexto do processo judicial.
- c) Declaração, por conter informações objetivas e pontuais acerca de fatos observados.
- d) Laudo, por responder a uma demanda judicial a partir de avaliação psicológica própria.
- e) Parecer, por consistir em uma análise técnica fundamentada sobre um documento psicológico previamente elaborado.

55. Dentre os documentos produzidos a partir das avaliações psicológicas, o laudo psicológico se caracteriza por ser:

- a) um documento que visa a informar a ocorrência de fatos ou situações objetivas relacionados ao atendimento psicológico.
- b) um documento que certifica uma determinada situação ou estado psicológico, tratando das condições psicológicas de quem o solicita.
- c) o resultado de um processo de avaliação psicológica que apresenta informações técnicas e científicas dos fenômenos psicológicos, considerando os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida.
- d) um documento expedido com fins de justificar faltas e/ou impedimentos do solicitante.
- e) um documento fundamentado e resumido sobre uma questão focal do campo psicológico, cujo resultado pode ser indicativo ou conclusivo.

56. A Resolução CFP nº 6, de 29 de março de 2019, institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o). Sobre o Relatório Psicológico, analise as afirmativas a seguir.

- I. O relatório psicológico visa a comunicar a atuação profissional da(o) psicóloga(o) em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento, não tendo como finalidade produzir diagnóstico psicológico.
- II. A descrição dos procedimentos e/ou técnicas privativas da Psicologia no relatório multiprofissional deve vir separada das descritas pelas(os) demais profissionais.
- III. A análise do laudo psicológico deve apresentar a descrição objetiva e literal, com precisão e harmonia, das sessões ou atendimentos realizados.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) III, apenas.

- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

57. Helena, psicóloga, realiza acompanhamento psicoterapêutico de uma criança de 9 anos, que, ao longo das sessões, descreve vivências reiteradas de humilhações, desqualificações constantes e omissões graves de cuidado por parte de seus responsáveis legais. As informações relatadas indicam prejuízos ao desenvolvimento emocional da criança, sem menção explícita a agressões físicas ou abuso sexual. Diante dessa situação e à luz do Código de Ética Profissional do Psicólogo, no que se refere ao sigilo profissional, é correto afirmar que Helena:

- a) deve preservar integralmente o sigilo, limitando sua atuação à orientação dos responsáveis quanto à importância de acompanhamento psicológico e apoio psicossocial.
- b) deve manter o sigilo, uma vez que sua quebra somente se justifica em situações que envolvam risco iminente à integridade física ou sexual da criança.
- c) está obrigada a romper o sigilo e comunicar formalmente o fato ao Conselho Regional de Psicologia, por se tratar de infração ética praticada pelos responsáveis.
- d) pode romper o sigilo exclusivamente em razão da condição etária da paciente, considerando que crianças, diferentemente de adultos, são presumidamente incapazes de proteção.
- e) pode decidir pela quebra do sigilo, de forma fundamentada, quando essa medida se mostrar necessária para a proteção da criança, orientando-se pelo princípio do menor prejuízo e pelo conflito entre preceitos éticos.

58. A Avaliação Psicológica é um processo que utiliza uma variedade de métodos, técnicas e instrumentos. Sobre as fontes de informação no processo de avaliação e psicodiagnóstico, é correto afirmar que:

- a) A avaliação psicológica e a testagem psicológica são processos idênticos.
- b) A utilização de uma só técnica e um só instrumento para a avaliação é a mais recomendada em ambientes forenses.
- c) Documentos técnicos, tais como protocolos ou relatórios de equipes multiprofissionais, são fontes complementares de informação.
- d) Instrumentos não psicológicos são vedados como fonte complementar de informação, por não respeitarem o Código de Ética do Psicólogo.
- e) As conclusões de um laudo psicológico podem basear-se somente em fontes complementares de informação, desde que possuam respaldo científico.

59. O Conselho Tutelar acolheu a adolescente Ana, 16 anos, por negligência grave dos pais. O acolhimento institucional é uma medida excepcional e provisória. Com relação à situação de acolhimento e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assinale a afirmativa correta:

- a) A criança ou adolescente deverá ser, imediatamente, colocado em adoção pelo Sistema Nacional de Adoção após o acolhimento, independentemente da tentativa de reintegração familiar.
- b) O acolhimento pode se estender por diversos anos, mas deverá ser adotado pela família acolhedora que ficar com ele por mais de um ano.
- c) O prazo máximo de permanência da criança ou adolescente no acolhimento familiar ou institucional é de 24 meses, salvo se houver comprovada necessidade que atenda ao seu interesse superior.

d) Ana, por ser adolescente, deverá ficar institucionalizada até a maioridade, para ser capacitada para ingressar no mercado de trabalho.

e) A denúncia sobre negligência educacional deve ser feita exclusivamente ao Juizado da Infância, e não ao Conselho Tutelar.

60. No conhecido texto *A psicanálise e a determinação dos fatos nos processos jurídicos* (1906), Freud delimita as diferenças entre o neurótico e o criminoso, destacando como o sentimento de culpa opera distintamente nessas duas figuras em relação ao segredo ou ao ato cometido. De acordo com a teoria freudiana e as distinções no campo criminológico, analise as afirmativas a seguir:

- I. No neurótico, o segredo está oculto de sua própria consciência, ao passo que o criminoso simula conscientemente ignorar o segredo.
- II. O investigador pode ser induzido a erro por um neurótico que, embora inocente de um crime específico, reage como culpado devido a um oculto sentimento de culpa e que se apodera da acusação.
- III. No tratamento analítico, o neurótico esforça-se para combater as suas próprias resistências. Já no caso do criminoso, a resistência é de caráter consciente e ele tende a não cooperar com a investigação criminal.

Está correto o que se afirma em:

- a) somente I;
- b) somente I e II;
- c) somente I e III;
- d) somente II e III;
- e) I, II e III.

61. Durante atendimento realizado pelo Conselho Tutelar, constatou-se que Tiago, de 8 anos de idade, foi encontrado em situação de abandono em espaço público durante a noite. No levantamento inicial, verificou-se que a criança é a mais velha entre quatro irmãos, encontra-se fora da escola e reside com a mãe, que apresenta uso abusivo de álcool, em ambiente domiciliar com condições precárias de higiene e segurança. Considerando as atribuições legais do Conselho Tutelar previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa que indica uma medida compatível com sua competência.

- a) Determinar a transferência da guarda das crianças para os genitores, como forma de restabelecer o convívio familiar adequado.
- b) Efetuar a inclusão direta da genitora em programas governamentais de transferência de renda, por se tratar de família em situação de vulnerabilidade social.
- c) Ordenar a internação compulsória da mãe em instituição hospitalar especializada, visando ao tratamento do uso abusivo de álcool.
- d) Requisitar aos órgãos competentes a imediata matrícula da criança em estabelecimento oficial de ensino fundamental.
- e) Advertir formalmente a criança quanto à possibilidade de acolhimento institucional caso permaneça em situação de rua.

62. Laura e Sérgio estão em disputa litigiosa pela guarda dos dois filhos. Sérgio possui medidas protetivas ativas devido a agressões físicas e psicológicas contra Laura, evidenciando um risco de violência doméstica. O Juiz solicita a avaliação psicológica para determinar o regime de guarda. Com base na Lei da Guarda Compartilhada e nas disposições sobre violência doméstica, é correto afirmar:

- a) A guarda compartilhada deve ser concedida, pois é a regra legal, e o tempo de convivência da prole deve ser dividido de forma idêntica e alternada.

- b) A guarda compartilhada será a aplicada, salvo se a desavença conjugal for meramente percebida como diferença educativa entre os genitores.
- c) A Lei exige que se o juiz verificar que a criança não deve permanecer sob a guarda do pai ou da mãe, deve determinar de imediato o seu acolhimento institucional.
- d) A guarda compartilhada não será aplicada quando houver elementos que evidenciem a probabilidade de risco de violência doméstica ou familiar.
- e) Para estabelecer as atribuições do pai e da mãe, o juiz poderá basear-se em orientação de equipe interdisciplinar que deverá apontar o genitor mais qualificado para a guarda.

63. Após a separação, os avós paternos de João, que detinham a guarda provisória, começaram a dificultar o convívio do menino com sua mãe, Luiza. Eles passaram a criar uma narrativa de que Luiza "abandonou" o filho e que "não tinha condições financeiras" de cuidá-lo, fazendo comentários negativos constantes na presença de João. De acordo com a Lei da Alienação Parental (Lei nº 12.318/2010), é correto afirmar que:

- a) A Alienação Parental se restringe à interferência psicológica praticada por um dos genitores (pai ou mãe).
- b) O comportamento dos avós pode ser interpretado como alienação parental, pois a lei define que a prática pode ser exercida por avós ou por qualquer pessoa que tenha a criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância.
- c) A Alienação Parental só se configura se houver uma campanha difamatória ativa e comprovada por meio de emails ou redes sociais, sendo insuficiente a dificuldade em contatar o filho.
- d) A Lei nº 12.318/2010 estabelece que as psicólogas devem fundamentar suas análises sobre Alienação Parental exclusivamente no ilícito civil.
- e) Se for comprovada a alienação parental, o psicólogo deve restringir suas conclusões à comparação dos comportamentos com as formas exemplificativas do ilícito civil.

64. Considerando que a alienação parental é um tema bastante controverso, a atuação dos psicólogos na área tem sido alvo de críticas e reexame. Em relação à lei da alienação parental, bem como ao próprio conceito, pode ser feito o seguinte apontamento crítico:

- a) o texto da lei confere à Psicologia a tarefa de identificar o ilícito civil da alienação parental, sem considerar a evolução teórica dos estudos sobre a síndrome da alienação parental.
- b) aspectos protetivos como resposta aos impasses e conflitos vividos por familiares em litígio são privilegiados, sendo insuficientes para coibir atos mais danosos de alienação parental.
- c) o texto da lei sugere que toda denúncia sem provas é falsa, desconsiderando casos de abuso sexual infantil em que não há vestígios físicos e aqueles em que aspectos cognitivos e afetivos da criança podem conduzir a resultados falso-negativos sobre o suposto abuso.
- d) a síndrome da alienação parental é reconhecida como transtorno no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e na Classificação Internacional de Doenças (CID).
- e) a lei não designa a(o)s psicóloga(o)s a atribuição da inquirição de crianças e adolescentes com fim de produção antecipada de prova.

65. Paula, 10 anos, relata ter sofrido abuso sexual por um familiar. A criança é submetida a múltiplos depoimentos: para a família, para a psicóloga da escola, para o Conselho Tutelar e, finalmente, para a delegacia, onde deve repetir os detalhes do ocorrido. Essa situação de sucessivas repetições do relato para diferentes instâncias do sistema de proteção e justiça configura-se como:

- a) Uma estratégia obrigatória e terapêutica que permite a catarse e o extravasamento das emoções reprimidas.
- b) Um procedimento necessário para a verificação de eventuais contradições nos relatos da criança.

c) O fluxo padrão para a aplicação de medidas de proteção, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

d) Revitimização (ou vitimização secundária) de Paula, referindo-se ao sofrimento imposto à vítima em razão das frustrações e procedimentos oriundos do próprio sistema.,

e) Vitimização terciária, que é a estigmatização imposta pelo meio social à vítima após o crime.

66. Susana foi vítima de violência doméstica e familiar por seu marido Pedro, obtendo medida protetiva. Ela se muda de casa e matricula o filho, Rodrigo, em uma escola próxima ao novo endereço. Pedro, o agressor, exige saber o local da matrícula. De acordo com os dispositivos protetivos da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), é correto afirmar que:

- a) Pedro tem o direito de ser informado imediatamente por Susana sobre a escola onde o filho estuda, prevalecendo o poder familiar.
- b) Susana deve informar, no processo do Juizado de Violência Doméstica, onde matriculou o filho para ciência de Pedro, cumprindo o princípio da transparência processual.
- c) O juiz ou a autoridade policial, considerando a necessidade de proteção da vítima, poderá manter o sigilo da informação sobre o endereço da instituição de ensino do filho em comum.,
- d) A Lei Maria da Penha não permite que o Juiz imponha sigilo, pois a suspensão do poder familiar deve ser expressamente declarada para impedir o acesso à informação escolar.
- e) Rodrigo, como menor de idade, deve ser ouvido para manifestar seu desejo acerca da participação do pai em sua vida escolar.

67. Marina procurou um equipamento da rede de proteção acompanhada de seu filho de 12 anos, que revelou indícios de ter sido vítima de violência sexual praticada por um familiar. Diante da situação, o atendimento inicial incluiu a realização de escuta especializada por profissional capacitado, em órgão integrante da rede de garantia de direitos. À luz da legislação vigente, a escuta especializada tem como finalidade principal:

- a) subsidiar a produção de elementos probatórios destinados à persecução penal e à responsabilização criminal do suposto agressor.
- b) viabilizar medidas imediatas de afastamento da criança do convívio familiar, como forma prioritária de preservação de sua integridade.
- c) assegurar atendimento clínico especializado, com foco na intervenção psicológica voltada à redução de sintomas traumáticos.
- d) promover a proteção social da criança ou adolescente, por meio do acolhimento, do provimento de cuidados e da articulação de ações para enfrentamento das consequências da violência.
- e) induzir o relato detalhado dos fatos, respeitando o nível de desenvolvimento da criança, a fim de orientar os encaminhamentos institucionais.

68. No processo de Avaliação Psicológica, a utilização de instrumentos não psicológicos pode ocorrer sob certas condições. Sobre o uso de instrumentos na avaliação psicológica, assinale a afirmativa correta:

- a) A utilização de uma só técnica e um só instrumento para a avaliação é recomendada.
- b) A testagem psicológica e a avaliação psicológica são processos idênticos.
- c) As conclusões de um laudo psicológico podem basear-se somente em fontes complementares de informação caso possuam respaldo científico e respeitem o Código de Ética do Psicólogo.
- d) Documentos técnicos, tais como protocolos ou relatórios de equipes multiprofissionais, são fontes fundamentais de informação.

e) Instrumentos não psicológicos são vedados como fonte complementar de informação.

69. Carmen Lúcia é psicóloga do TJAP lotada em Vara de Infância e acompanha o processo do menino David, de 3 anos, acolhido em função de graves maus-tratos. Em função disso, ela foi chamada a participar de audiência sobre esse caso. Nessa situação hipotética, segundo o ECA, Carmem:

- a) pode participar da audiência, desde que permaneça em silêncio.
- b) deve participar da audiência, expressando sua avaliação psicológica.
- c) pode participar da audiência, demarcando sua análise sociológica do caso.
- d) deve se recusar a participar da audiência, prestando parecer por escrito sobre o caso.
- e) pode invocar o Código de Ética Profissional do Psicólogo para se abster de participar da audiência.

70. A atuação do psicólogo em casos de violência sexual contra crianças e adolescentes exige rigor técnico, ético e a consciência dos fatores que podem influenciar a avaliação. Sobre o abuso sexual e a intervenção, é correto afirmar:

- a) A investigação psicológica deve se apoiar na busca de sintomas específicos que, se encontrados, determinam se houve ou não o abuso sexual, garantindo a neutralidade.
- b) A notificação é facultativa quando não houver vestígios materiais do abuso sexual, tornando-se obrigatória apenas nos casos confirmados de violência.
- c) A denúncia do abuso se torna possível em função do pacto de silêncio familiar.
- d) Fatores subjetivos dos profissionais, como crenças e preconceitos, podem afetar as conclusões e encaminhamentos perante situações de violência sexual, exigindo vigilância ética constante.
- e) O abusador sexual é, em sua maioria, um desconhecido da vítima, caracterizando-se por um diagnóstico psicopatológico de pedofilia.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
